

17.09.88 06B

Igreja se mobiliza para que nova Carta fique como foi votada

INDAIATUBA, SP — Satisfeita com grande parte dos dispositivos já aprovados pela Assembléia Nacional Constituinte, a Igreja pretende mobilizar seus fiéis, em paróquias e comunidades, para que pressionem os parlamentares a referendá-los no segundo turno de votação.

Apenas dois aspectos considerados importantes pela Igreja não foram incluídos na nova Carta: o direito à vida desde a concepção e a indissolubilidade do matrimônio. Em compensação, também não foram aprovadas a legalização do aborto e a pena de morte.

— Há uma mudança sensível. Uma avaliação dos ganhos e perdas revela uma apreciável predominância de acertos e avanços em relação às Constituições anteriores. E mostra também uma acentuada concordância com muitas das recomendações do documento da CNBB, “Por uma nova ordem constitucional” — avalia D.Cândido Padim, jurista, Bispo de Bauru e encarregado pela CNBB de acompanhar os trabalhos da Constituinte.

O fim dos decretos-lei, a definição do crime de tortura como inafiançável e imprescritível, a possibilidade de iniciativa popular na apresentação de projetos de lei, o mandado de segurança coletivo, o “habeas corpus” e o “habeas data” gratuitos são alguns pontos positivos destacados no relatório que o Bispo apresentou ontem a seus 270 colegas da 26a. Assembléia Geral da CNBB, em Itaiaci.

D. Cândido elogiou ainda o capítulo sobre o direito dos trabalhadores e o fato de a nova Constituição asse-

gurar a aplicação imediata, antes mesmo da regulamentação, das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais. Além disso, considerou importante a adoção de mecanismos de controle do Executivo.

Os Bispos que participaram da entrevista de ontem — além de D.Cândido, D. Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba, e D. Erwin Krautler, Bispo de Xingu (PA) e Presidente do Conselho Indigenista Missionário — voltaram a insistir na necessidade de a CPI da Corrupção levar adiante suas investigações até o fim.

D. Cândido Padim criticou a “atitude passional do Presidente José Sarney, preocupado em julgar certas funções da CPI”, e afirmou que o Executivo deve respeitar a autonomia do Legislativo — até porque “todas as conclusões ainda serão encaminhadas à Justiça”. Em seguida, afirmou que, na verdade, há “excesso de paixões” dos dois lados:

— A apuração da corrupção deve recorrer a instrumentos legítimos, que tenham objetividade jurídica, sem contudo se deixar influenciar por interesses partidários.

D. Erwin, que qualificou o “saque aos cofres públicos” de “vergonha nacional”, também pregou a necessidade de conclusão dos trabalhos da CPI, “porque o que está em jogo é a confiabilidade do povo no Governo”.

A Assembléia Geral da CNBB também analisou ontem a vida e o mistério dos presbíteros e os meios de comunicação social.

C
M
C
F
I
L
I
A
S
I
E

Amc
X